



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



**NOTA TÉCNICA Nº 11/16 – NFO**

**Processo nº:** 43240/2006 (3 volumes)

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF

**Apensos nºs:** 082.000.691/1998 (12 volumes), 082.015.734/1999,  
082.017.781/1999, 082.019.884/1999, 080.000.813/2006,  
080.009.541/2005, 082.000.284/1999, 082.001.991/1999,  
082.002.199/1999, 082.002.774/1999, 082.003.083/1999,  
082.004.572/1999 e 082.013.692/1999 (1 volume cada)

**Assunto:** Tomada de Contas Especial

**Prejuízo identificado:** R\$ 46.171,44 (valores originais)

**Ementa:** TCE determinada pela Decisão nº 1643/2002. Informação nº 154/2015 às fls. 557/561. Despacho do Secretário nº 310/2015 – SECONT à fl. 562. Manifestação do NFO sobre os argumentos das defesas apresentadas em matéria atinente a essa unidade.

Senhora Diretora,

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada em atendimento à determinação constante do item III<sup>1</sup> da Decisão nº 1643/2002 para apurar a responsabilidade por dano causado ao erário distrital, decorrente de irregularidade na execução, no período de set/1998 a set/2000, do Contrato nº 115/1998 – Manutenção Corretiva e Preventiva de Próprios e Rurais, localizados nas antigas Diretorias Regionais de

<sup>1</sup> Decisão nº 1.643/02: "III. determinar à Secretaria de Educação do Distrito Federal que, com relação às demais obras não incluídas na mencionada amostra, instaure Tomadas de Contas Especiais, objetivando a identificação dos responsáveis e a apuração da totalidade do valor do dano causado ao Erário, especialmente em relação à emissão de atestados de recebimento e a autorização de serviços que não foram executados ou executados de modo mais oneroso, bem como a quantificação dos valores pagos indevidamente correspondentes a horas técnicas de engenheiros e de encarregados referentes a dias não úteis, uma para cada um dos Processos de nºs 082.000.691/98, 082.000.694/98, 082.000.695/98, 082.000.714/98 e 082.000.784/98..."



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



Ensino de Taguatinga e Brazlândia consubstanciada no Processo nº 082.000.691/1998.

2. Nos termos da Informação nº 154/2015-SECONT/1ªDICONTE (fls. 557-559), de 14/05/2015, a Secretaria de Contas encaminhou a este Núcleo o presente processo solicitando manifestação técnica sobre às questões atinentes a esta unidade.

3. Esta Nota Técnica será subdividida nos seguintes tópicos:

I. Considerações iniciais

- a. Histórico
- b. Análise Preliminar

II. Análise

- a. Ordens de serviço reconhecidas pelo envolvidos
- b. Ordens de serviço com diferenças quanto à quantidade
- c. Serviços Executados a título de reparação

III. Conclusão



## **I. Considerações iniciais**

### **a. Histórico**

4. Os autos foram autuados por força da Decisão nº 1643/2002, com redação dada pela Decisão nº 5766/2003, para apurar irregularidades na execução do Contrato de Manutenção Corretiva e Preventiva de Próprios Urbanos e Rurais da extinta Fundação Educacional/DF.

5. Foram instauradas TCEs nos Processos nºs 082.000.691/1998, 082.000.694/1998, 082.000.695/1998, 082.000.784/1998 e 080.032.412/2003. Estes autos tratam apenas da TCE objeto do Processo nº 082.000.691/98, relativo à Concorrência nº 03/1998, a qual corresponde às regionais de Taguatinga e Brazlândia.

6. A análise inicial desta TCE, Informação nº 191/2013-SECONT/1ªDICONTE, fls. 203/209, concordou com o entendimento manifestado pela Comissão Tomadora quanto ao valor do prejuízo apurado, à época, de R\$ 307.228,62 (base de 02/05/2011) e, de acordo com o Controle Interno, quanto aos responsáveis pelo dano ao erário distrital (Empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., Tania Maria Guirello, Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena e Ademir Campos Aranha). As sugestões decorrentes foram acolhidas pelo MPJTCDF no Parecer nº 1140/2013-DA, fls. 210/213, e pelo eg. Plenário, nos termos da Decisão nº 5217/2013, fls. 218.

7. Em cumprimento à referida decisão os responsáveis foram citados,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



fls. 219. A defesa da empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. está inserta às fls. 226/278, complementada com os documentos às fls. 291/362. Já o Sr. Ademar Campos Aranha juntou suas considerações às fls. 401/554. As Sras. Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena, por meio de representante legal, juntaram as suas razões vistas às fls. 383/395.

8. A Informação nº 154/2015 – SECONT/1ª DICONTE, datada 14/05/2015, sugeriu o encaminhamento dos autos a esta área técnica para análise dos argumentos apresentados pelos responsáveis citados no parágrafo anterior, o qual foi acatado pelo Secretário.

**b. Análise Preliminar**

9. Compulsando os autos, mais especificamente, o relatório de TCE nº 155/2011-DIEXE II/SUTCE/STC às fls. 3230/3239 do Processo nº 082.000.691/98 (o qual apontou o prejuízo a preços originais de R\$ 154.497,73, fls. 3237V do Processo nº 082.000.691/98, ou de R\$ 307.228,62, mesma folha, atualizado para 02/05/2011), verificou-se que o prejuízo deriva das inconsistências detectadas nas ordens de serviço resumidas na tabela seguinte:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Fls.: 576  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

**Tabela 1 - Valor do Prejuízo por Ordem de Serviço**

NÚMº da OS	VALOR da OS	DRE	UNIDADE ENSINO	Achado
022.9	28.640,60	BRZ	BIBLIOTECA SETORIAL	552,4
022.20	45.484,64	BRZ	BIBLIOTECA SETORIAL	1.800,91
024.19	15.054,24	BRZ	BIBLIOTECA SETORIAL	2.059,20
169.09	25.113,19	BRZ	C.E 02	6.303,60
078.17	15.397,09	BRZ	C.E 03	758,91
024.39	7.145,50	BRZ	C.E. 1º Grau	2.382,14
169.10	8.194,98	BRZ	C.E.1 Gr INCRA 08	0
024.24	9.195,43	BRZ	C.E.1 Gr RODEADOR	345,6
022.2	36.651,22	BRZ	C.E.1 Gr RODEADOR	2.109,25
078.07	12.036,79	BRZ	CAIC BEM_J_OLIVEIRA	1.560
024.27	34.842,30	BRZ	E.C. 03	3.886,48
024.28	31.227,54	BRZ	E.C. 06	0,00
022.10	9.096,80	BRZ	E.C. Almécegas	976,57
022.30	14.473,56	BRZ	E.C. Curralinho	1.236,60
024.42	5.761,20	BRZ	E.C. INCRA 07	0,00
078.15	17.549,76	BRZ	E.C. INCRA 09	6.609,45
024.30	4.203,97	BRZ	E.C. Polo Acríc Torre	0,00
024.23	71.561,77	BRZ	E. Normal	4.315,04
169.21	86.276,15	TAG	C.E 02	3.666,73
169.19	83.511,94	TAG	C.E 03	5.393,69
024.11	104.389,72	TAG	C.E 06	1.281,12
169.14	8.978,92	TAG	C.E 1º Grau 03	367,08
078.05	2.464,54	TAG	C.E 1º Grau 05	452,4
024.08	33.609,27	TAG	C.E 1º Grau 10	691,74
078.14	45.066,95	TAG	C.E 1º Grau 10	871,16
022.18	29.971,02	TAG	C.E 1º Grau 12	8.325,29
024.10	12.457,79	TAG	C.E 1º Grau 16	0
024.18	8.492,98	TAG	C.E Ave Branca	8.492,98
169.2	11.497,70	TAG	C. Interesc Linguas	740,77
078.10	14.236,98	TAG	E.C 01	1.642,50
022.1	13.462,18	TAG	E.C 06	9.029,10
022.21	37.939,50	TAG	E.C 06	2.536,92
024.01	107.618,21	TAG	E.C 06	0,00
024.40	20.078,98	TAG	E.C 06	8.100,27
022.16	26.473,40	TAG	E.C 15	2.895,80
169.01	54.895,84	TAG	E.C 15	1.338,43
169.02	58.284,86	TAG	E.C 17	2.071,00
078.02	14.570,77	TAG	E.C 18	3.196,03
024.03	16.154,66	TAG	E.C 19	7.553,38
024.04	12.197,99	TAG	C.E 23	2.570,33
024.05	18.108,60	TAG	C.E 24	2.615,49
022.33	14.649,06	TAG	C.E 27	345,6
024.06	65.353,75	TAG	C.E 29	19.313,10
078.20	6.864,80	TAG	C.E 30	6.864,80
169.17	13.331,75	TAG	C.E 30	4.050,00
024.16	38.921,33	TAG	C.E 41	3.003,54
024.43	41.329,48	TAG	C.E 46	6.578,67
078.11	10.317,01	TAG	C.E 50	0
022.15	4.391,42	TAG	C.E 53	0
024.37	30.519,88	TAG	Seq_Méd_Odontológ	3.300,06
078.13	70.495,21	TAG	Seq_Méd_Odontológ	2.313,60
<b>TOTAL</b>				<b>154.497,73</b>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



10. Alguns desses achados basearam-se em depoimentos sobre os fatos, como é o caso da construção do barracão e da utilização dos andaimes. Outros, a própria comissão já excluiu do relatório definitivo em decorrência da necessidade de exames mais apurados para sua caracterização (OS com valor nulo), como por exemplo o item zarcão. Para esse item (zarcão), embora a comissão tomadora tenha se proposto a retirá-lo, detectou-se ainda o seu registro em algumas ordens de serviço, sendo procedido, então, a sua exclusão nas respectivas.

11. Cabe lembrar que nesta fase a quantificação do dano deve ter bases sólidas, como é o caso das constatações baseadas em medidas, em vistorias. Embora os depoimentos indiquem algumas incorreções, o tempo transcorrido, sem citar outros fatores, trazem dúvidas sobre as ocorrências à época, o que induz a juízo mais conservador sobre as questões apontadas.

12. A mesma premissa foi adotada no Processo nº 43.266/2006, que trata de uma das TCEs abertas por determinação da Decisão nº 1643/2002, tendo sido acolhida por este Tribunal por meio da Decisão nº 3088/2013<sup>2</sup>. Por isso, entende-se que o presente feito deve receber idêntico tratamento, ou seja, serão retiradas as irregularidades que se sustentem, exclusivamente, por depoimentos, assim como a relativa ao item "zarcão".

13. A seguir, resumem-se as ordens de serviços e os respectivos valores

---

2 O voto condutor da Decisão nº 3088/2013 considerou os argumentos e as proposições sugeridas pela equipe técnica deste Tribunal, Informação nº 126/2013 – SECONT/2ªDICON. Essa informação propõe a desconsideração dos achados que se baseiem apenas em depoimentos.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Fls.: 578  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

que passaram por esse crivo, permanecendo, para análise mais detida, os valores que se encontram na coluna "Ajuste NFO":

NÚMº da OS	VALOR da OS	DRE	UNIDADE ENSINO	Ajuste NFO
022.9	28.640,60	BRZ	BIBLIOTECA SETORIAL	552,4
022.20	45.484,64	BRZ	BIBLIOTECA SETORIAL	1.800,00
024.19	15.054,24	BRZ	BIBLIOTECA SETORIAL	2.059,20
169.09	25.113,19	BRZ	C.E 02	6.303,60
024.39	7.145,50	BRZ	C.E. 1º Grau	2.382,14
024.27	34.842,30	BRZ	E.C. 03	732,88
024.23	71.561,77	BRZ	E. Normal	4.315,04
169.21	86.276,15	TAG	C.E 02	2.418,73
169.19	83.511,94	TAG	C.E 03	4.314,95
024.11	104.389,72	TAG	C.E 06	1.281,12
169.14	8.978,92	TAG	C.E 1º Grau 03	367,08
078.05	2.464,54	TAG	C.E 1º Grau 05	452,4
024.08	33.609,27	TAG	C.E 1º Grau 10	691,74
078.14	45.066,95	TAG	C.E 1º Grau 10	428,36
022.18	29.971,02	TAG	C.E 1º Grau 12	6.816,00
169.2	11.497,70	TAG	C. Interesc Linguas	740,77
078.10	14.236,98	TAG	E.C 01	1.642,50
022.1	13.462,18	TAG	E.C 06	9.029,10
022.21	37.939,50	TAG	E.C 06	2.536,92
024.40	20.078,98	TAG	E.C 06	8.100,27
022.16	26.473,40	TAG	E.C 15	344,80
169.01	54.895,84	TAG	E.C 15	1.338,43
169.02	58.284,86	TAG	E.C 17	2.071,00
024.03	16.154,66	TAG	E.C 19	7.553,38
024.04	12.197,99	TAG	C.E 23	2.570,33
024.05	18.108,60	TAG	C.E 24	2.615,49
022.33	14.649,06	TAG	C.E 27	345,6
024.06	65.353,75	TAG	C.E 29	880,34
078.20	6.864,80	TAG	C.E 30	6.864,80
169.17	13.331,75	TAG	C.E 30	4.050,00
024.16	38.921,33	TAG	C.E 41	3.003,54
024.43	41.329,48	TAG	C.E 46	90,31
024.37	30.519,88	TAG	Seç_Méd_Odontológ	3.300,06
078.13	70.495,21	TAG	Seç_Méd_Odontológ	753,60
<b>TOTAL</b>				<b>92.746,88</b>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



14. Esse valor (R\$ 92.746,88), se comparado ao valor inicialmente estimado para prejuízo (R\$ 154.497,73), representa cerca de 60,03% do valor apurado. Assim, mesmo que os depoimentos indiquem algumas incorreções, o trabalho realizado pela Comissão Tomadora foi estruturado em levantamentos de campo, dando mais consistência ao prejuízo apontado.

15. Por fim, para a análise das defesas, foram consideradas as alegações que estavam diretamente relacionadas às ordens de serviço remanescentes, constantes da Tabela 2. Ademais, observa-se que somente a Empresa AJL e o Sr. Ademar levantaram pontos relativos a tópicos de engenharia. Por esta razão, somente as considerações dessas duas partes foram objeto de análise por meio desta nota técnica.

## **II. Análise**

16. A referência das razões de justificativa da empresa AJL e do Sr. Ademar, para cada ordem de serviço, consta na tabela abaixo. Frisa-se que algumas dessas ordens de serviços não foram objeto de análise por não passarem no crivo inicial, conforme já exposto.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**  
**NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

Fls.: 580  
 Proc.: 43240/06  
 Rubrica

Manifestação dos Responsáveis - Processo 43240/2006		
OS	Sr. Ademair	Empresa AJL
	fls	fls
22.9	403/404	246
22.2	405/406	247
24.19	406/407	
24.35	407/408	
169.09	409/411	248-296/297
78.17	412	294/295
24.39	413/414	249
169.1	415/417	
22.5	415/417	250
24.24	418/419	298/299
22.2	419/422	300/302
78.07	423	303/304
169.11	423/425	
24.27	426/430	251/252
24.28	431/432	
22.1	432	305/306 -
22.3	433	
24.42	434/436	243 - 307/309
78.15	437/440	253/254
24.30	441/443	255/257
24.23	444/446	258
169.21	447/451	
78.18	452/453	259/260
169.19	454/456	261
169.04	457/458	
24.11	459/464	
169.14	465/466	264
78.05	467/469	265
78.14	470/471	
24.08	472/479	310/312
22.18	480/481	313/314
24.10	482/483	315/316
22.4	483/484	
24.18	484/485	317/318
22.13	485/487	
22.6	486/487	
169.2	488/489	319/320
78.1	490/491	266
24.01	492/493	330/332
22.1	494	321/323 263/263 269/270
24.4	495/496	324/326
22.21	496/497	
169.01	497/499	332/334 - 267
22.16	500/501	
169.02	502/503	335/337
78.01	503/504	268
78.02	505/509	271/273
24.03	510/513	274/276
24.04	514/516	338/340
24.05	517/520	341/342
78.2	521/525	
169.17	522/525	349/351
22.33	526/526-A	343/344
24.06	526-A/529	345/348
23.38	530/531	
24.16	532/535	352/354 - 278
24.43	536/538	355/356
78.11	539/541	357/358
22.15	540/541	359/360
24.37	541/542	361/362
78.13/24.37	543/548	

17. A fim de facilitar a análise empreendida, os subtópicos a seguir



foram divididos em três grupos de análise. O primeiro trata das ordens de serviços que as irregularidades foram reconhecidas por pelo menos um dos responsáveis, estando associadas ou não a declarações vagas; o segundo grupo trata das ordens de serviços que têm questionamentos quanto às quantidades apuradas pela comissão de tomada de contas especial; o terceiro refere-se à avaliação dos serviços executados pela firma AJL a título de reparação dos prejuízos apurados.

**a. Ordens de serviço reconhecidas pelo envolvidos**

18. As ordens de serviço 169.19 (fls. 3022 do Processo nº 082.000.691/98), 78.05 (fls. 3029 do Processo nº 082.000.691/98), 22.21 (fls. 3048 do Processo nº 082.000.691/98), 22.16 (fls. 3052 do Processo nº 082.000.691/98), 78.20 (fls. 3069 do Processo nº 082.000.691/98), 78.13 (fls. 3079 do Processo nº 082.000.691/98) e 22.33 (fls. 3064 do Processo nº 082.000.691/98) apresentam manifestação do Sr. Ademar, fiscal do contrato, no sentido de confirmar os itens questionados pela Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE, ocorrendo fato similar, para a última OS, nas alegações da empresa executora.

19. Observa-se também que essas mesmas ordens de serviço, com exceção da última citada, não contêm qualquer questionamento por parte da empresa executora do contrato no sentido de elidir o prejuízo imputado às partes. Entretanto, para as ordens de serviço 169.19 e 78.05, consta a declaração que relaciona serviços executados por parte da empresa AJL a título de reparação dos prejuízos identificados. Esses serviços



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Fls.: 582  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

foram objeto de análise no tópico “II.c. Serviços Executados a título de reparação”.

20. Já as ordens de serviços 24.05 (fls. 3063 do Processo nº 082.000.691/98) e 22.1 (fls. 3047 do Processo nº 082.000.691/98), a empresa AJL faz alegações não fundamentadas<sup>3</sup> que não refutam de forma contundente as quantidades apontadas como irregulares pela Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE. Além disso, as constatações da comissão, para esses dois serviços, contam com referendo da fiscalização do contrato. Assim, opta-se por manter os apontamentos da comissão de tomadas de contas especial.

21. Dadas essas considerações, o resumo do prejuízo neste subtópico de irregularidades reconhecidas, incluído BDI, é detalhado na tabela a seguir:

NÚMº da OS	Valor
169.19	4.314,95
78.05	452,4
022.21	2.536,92
022.16	344,80
024.05	2.615,49
022.33	345,60
22.1	9.029,10
078.20	6.864,80
078.13	753,60
<b>Total</b>	<b>27.257,66</b>

<sup>3</sup> As afirmativas da empresa são: “existe controvérsia quanto a área de impermeabilização” e “o primeiro levantamento 23/06/2011 a diferença era de 100,56m² e na segunda visita foi apontado uma diferença de 173,29m²”.

**b. OS com diferenças quanto à quantidade****i. OS 022.9 (fls. 1725 do Processo nº 082.000.691/98)****1. Irregularidades**

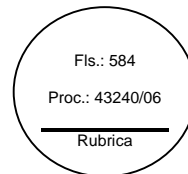
O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
022.9	1718/1725	5.1.1	REMANEJAMENTO DE LUMINÁRIA	85,54
		5.2.2	REMANEJAMENTO DE PONTO SANITÁRIO	330,00
		19.7	LIMPEZA DE COBERTURA E CALHAS	44,8
		<b>TOTAL</b>		460,34
		BDI(20%)		92,07
		<b>TOTAL GERAL</b>		552,41

**2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 403/404)**

22. O Sr. Ademar assevera que a Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE não contabilizou todos os pontos referentes aos itens 5.1.1 (remanejamento de luminária) e 5.2.2 (remanejamento de ponto sanitário). Para o primeiro item, não foram considerados os pontos ao lado da biblioteca, como luminárias e tomadas. Já para o segundo não levaram em consideração os 8 vasos sanitários, as 6 pias, os 6 ralos e um tanque que também são objetos de manutenção.

**3. Manifestação da AJL (fls. 227/278)**

23. A empresa expõe que ocorreu erro de interpretação quanto ao termo remanejamento de um equipamento elétrico. Segundo a empresa, não se trata apenas da retirada de um equipamento e a colocação em outro ponto diferente. O item remunera a mão de obra dos serviços de revisão dos aparelhos elétricos (fls. 230).



24. Além disso, a AJL afirma que é um absurdo a Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE ter apontado a ausência de limpeza dos reservatórios, das calhas, da cobertura e do telhado. Caso tal fato tivesse ocorrido, as descidas de água estariam entupidas (fls. 230).

#### **4. Análise TCDF**

25. Do exame da defesa do fiscal Sr. Ademar, cumpre rejeitá-la considerando que existe item específico na planilha contratual para medição das tomadas (item 5.1.3), conforme fls. 953 do Processo nº 082.000.691/98.

26. Ademais, em vistoria de retorno, fls. 2985/2986 do Processo nº 082.000.691/98, a Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE, acompanhada do fiscal e de representante da empresa executora, não verificou divergências quanto aos levantamentos preliminares, tanto para os itens de remanejamento de luminária como de instalação hidráulica, embora tenha revisto o quantitativo relativo ao item 19.7 (limpeza de cobertura e calhas), presente na mesma ordem de serviço, a partir das justificativas das partes.

27. Cabe ainda destacar que os profissionais que executaram os levantamentos detêm o devido conhecimento técnico<sup>4</sup>. Assim, não é razoável achar que passaram despercebidos os pontos destacados pelo fiscal, até porque a CTCE, ao levantar

---

<sup>4</sup> A comissão de Tomada de Contas Especial foi assessorada pelos servidores André Lara Campos Guimarães, Marco Antônio Teles Ferreira de Menezes e Flávia Gonçalves Perrota, todos arquitetos, designados pela Ordem de Serviço nº 1, datada de 16/05/2007, juntada aos autos às fls. 2673 do Processo nº 082.000.691/1998. Esses servidores foram responsáveis pela quantificação dos prejuízos apurados.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Fls.: 585  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

os quantitativos, de forma conservadora, registrou todos os pontos passíveis de intervenção, conforme se depreende do termo de achado às fls. 2986 do Processo nº 082.000.691/98.

28. Sobre a alegação da empresa AJL, essa não tem nenhuma relação com os fatos abordados pela Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE. A discrepância detectada em relação ao item 19.7 incide sobre os quantitativos dele e não sobre a execução do serviço. Por isso, cabe recusar as considerações da empresa AJL.

29. Assim, sem elementos que possam desconstituir as irregularidades, mantêm-se as constatações indicadas pela Comissão, resultando na manutenção do prejuízo referente a essa OS de R\$ 552,41.

**ii. OS 022.20 (fls. 1810 do Processo nº 082.000.691/98)**

**1. Irregularidades**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
022.20	1802/1810	5.2.2	REMANEJAMENTO DE PONTO SANITÁRIO	550
		18.7	ARMÁRIO EM LAMINADO	590,76
		249	RESERVATÓRIO DE FIBROCIMENTO	360
		<b>TOTAL</b>		1500,76
		BDI(20%)		300,15
		<b>TOTAL GERAL</b>		1800,91

**2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 405/406)**

30. O Sr. Ademar alega que existem 21 pontos na biblioteca para manutenção, tendo sido executados 19 pontos nessa ordem de serviço. Acrescenta que



“se pode remover a peça do local para a limpeza e recolocá-lo novamente no local. Portanto, não houve duplicidade de cobrança”.

31. Com relação à inadequação do armário, afirma que o instalado de fato era de laminado melamínico, cujo valor é maior do que o especificado.

32. Afirma também que foram construídos dois reservatórios de 500 l (item 249), o que totaliza 1000 l. Assim, a AJL executou a mais o valor de R\$ 360,00.

### **3. Manifestação da AJL (fls. 247)**

33. A empresa juntou aos autos uma declaração, fls. 247, que afirma que existe um reservatório de 1000 l instalado na Biblioteca Setorial de Brazlândia.

### **4. Análise TCDF**

34. Do exame da defesa do fiscal Sr. Ademar, cumpre rejeitá-la quanto ao item 5.2.2, considerando que o termo de achado, fls. 2987 do Processo nº 082.000.691/98, elaborado a partir da vistoria de retorno com a presença tanto do fiscal quanto de representante da empresa AJL, acrescentou, em relação ao levantamento inicial, apenas três pontos passíveis de intervenção, ou seja, com base nas justificativas das partes, só foram identificados três pontos adicionais. Observa-se que tal procedimento é conservador, já que contabiliza todos os pontos passíveis de manutenção.

35. Com relação ao armário (item 18.7), a previsão na planilha

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIAFls.: 587  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

contratual, fls. 1088 do Processo nº 082.000.691/98, já era a instalação de um armário em laminado melamínico cuja remuneração é a área. Assim, não procede a manifestação da fiscalização.

36. Já quanto ao reservatório, item 249, nota-se uma incongruência entre a afirmação da fiscalização e a da Empresa AJL. Ademais, como já apontado, durante a vistoria de retorno não se observou a instalação de um reservatório de 1000 l ou mesmo de dois de 500 l, mas apenas um de 500 l, conforme fls. 2987 do Processo nº 082.000.691/98. Por isso, recusa-se a alegação da fiscalização.

37. Entretanto, para esse item, a Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE, por julgar incompatível com a especificação, optou por desconsiderar a sua execução completamente. Conforme já exposto, essa fase processual busca determinar os valores de prejuízo de forma inequívoca. Desta maneira, apurou-se o custo unitário do reservatório executado, a partir da relação entre os custos de um reservatório 1000 l e 500 l, o que se apresenta a seguir:

Sinapi- Dezembro/2004		Custo unitário	Coeficiente
SINAPI-11865	CAIXA D'AGUA FIBROCIMENTO REDONDA C/ TAMPA 500L	98,01	2,08152
SINAPI - 1025	CAIXA D'AGUA FIBROCIMENTO 1000L	204,01	
Sinapi- Dezembro/2007		Custo unitário	Coeficiente
SINAPI-11865	CAIXA D'AGUA FIBROCIMENTO REDONDA C/ TAMPA 500L	104,84	2,08165
SINAPI - 1025	CAIXA D'AGUA FIBROCIMENTO 1000L	218,24	
Sinapi- Dezembro/2010		Custo unitário	Coeficiente
SINAPI-11865	CAIXA D'AGUA FIBROCIMENTO REDONDA C/ TAMPA 500L	116,00	2,08155
SINAPI - 1025	CAIXA D'AGUA FIBROCIMENTO 1000L	241,46	

38. Esse procedimento foi necessário devido à dificuldade em

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIAFls.: 588  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

determinar o custo unitário do insumo para a data base que remonta ao ano de 1998, assim como pela inexistência de previsão na planilha orçamentária de reservatório com tal especificação (500 l). Nota-se que o coeficiente apresentou insignificante alteração entre os períodos, o que valida essa metodologia.

39. Assim, o custo unitário do reservatório de 500 l, com base no coeficiente médio de 2,081574081, pode ser estimado em R\$ 172,94, de forma que o prejuízo decorrente deste item é a diferença entre o valor de R\$ 360,00 previsto na OS e a estimativa antes obtida, resultando em débito de R\$ 187,06.

40. Com base no exposto, o prejuízo passou para R\$ 1.593,38, conforme tabela a seguir:

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
022.20	1802/1810	5.2.2	REMANEJAMENTO DE PONTO SANITÁRIO	550
		18.7	ARMÁRIO EM LAMINADO	590,76
		249	RESERVATÓRIO DE FIBROCIMENTO	187,06
		<b>TOTAL</b>		1327,82
		BDI(20%)		265,56
		<b>TOTAL GERAL</b>		1593,38

iii. OS 169.21 (fls. 3019 do Processo nº 082.000.691/98)

### 1. Irregularidades

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIAFls.: 589  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.21	3019	101	CAIXAS TELEFONE	1350
		127	DISJUNTORES 25A	617,61
		129	DISJUNTORES 40A	48
		TOTAL		2015,61
		BDI(20%)		403,12
		TOTAL GERAL		2418,73

**2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 447/451)**

41. O Sr. Ademar confirma a irregularidade do item 101. Entretanto, para os itens 127 e 129, ele sugere que a diferença de quantidade encontrada para os itens pode ser oriunda da falta de contabilização em alguma sala ou em algum laboratório da escola, sem precisar qual. Por fim, junta declaração, fls. 451, dos serviços executados pela Empresa AJL, a título de compensação do prejuízo, cujos valores totalizam R\$ 3.213,48.

**3. Manifestação da AJL**

42. Não apresentou considerações.

**4. Análise TCDF**

43. O achado do item 101 confirmado pela fiscalização não será objeto de análise por não ter sido refutado pela própria fiscalização da obra (nas alegações do Sr. Ademar). Com relação aos disjuntores, itens 127 e 129, os elementos trazidos pela fiscalização, embora procurem apontar alguma fragilidade no levantamento de quantitativos, não trazem elementos enfáticos que desqualificassem peremptoriamente os levantamentos da Comissão de Tomadas de Contas Especial – CTCE, por isso torna-se

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIAFls.: 590  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

temerário não adotar a medida da comissão para o cálculo do prejuízo referente a esses itens, permanecendo inalteradas as discrepâncias identificadas.

44. Dessa forma, o prejuízo se mantém no patamar indicado inicialmente no relatório da comissão de TCE, no valor de R\$ 2.418,73.

**iv. OS 169.09 (fls. 2991 do Processo nº 082.000.691/98)****1. Irregularidades**

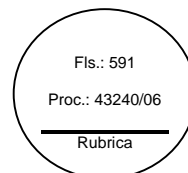
O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.09	1510/1515	12	FECHADURAS	3.840,00
		203 e 204	LÂMPADA DE 400W	1.413,00
		TOTAL		5.253,00
		BDI(20%)		1050,60
		TOTAL GERAL		6303,60

**2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 409/411)**

45. O fiscal alega que não é possível afirmar que não foram trocadas as fechaduras, uma vez que é comum a depredação das escolas públicas (item 12). Afirma também que as lâmpadas de 400 W (itens 203 e 204) foram instaladas na quadra antiga da escola.

**3. Manifestação da AJL (fls. 248 e 296/297)**

46. "O remanejamento não se refere à retirada de material e sua instalação. A retirada é necessária para revisão das condições e substituições dos quantitativos defeituosos e posterior reinstalação, esta operação é executada tanto para



luminárias como para tomadas elétricas. "

#### **4. Análise TCDF**

47. Em vistoria, com a presença do fiscal e de representante da empresa, foi consignado no termo de declaração de vistoria, fls. 2989 do Processo nº 082.000.691/98, que as fechaduras (item 12) não foram trocadas, inclusive com o registro de aquiescência da fiscalização.

48. Em relação às lâmpadas de 400 W (item 203 e 204), nesse mesmo ato, foi reduzido o superfaturamento por quantidade com base nas justificativas apresentadas por ambos os responsáveis. A comissão de tomada de contas, inclusive, de modo conservador, considerou o número máximo de lâmpadas que podiam ser trocadas, conforme consta na declaração de vistoria, fls. 2989 do Processo nº 082.000.691/98.

49. Pelo exposto, não é possível acatar as razões das partes, mantendo-se o prejuízo em R\$ 6.303,60.

#### **v. OS 24.19 (fls. 2988 do Processo nº 082.000.691/98)**

##### **1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.19	2352/2356	16.11	PINTURA SOBRE TETO SEM MASSA	1.716
		TOTAL		1716
		BDI(20%)		343,2
		TOTAL GERAL		2059,2



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



50. O achado é eventual pagamento em duplicidade, uma vez que a equipe de vistoria identificou que o serviço antes indicado e constante desta OS já havia sido incluído na OS 022.90.

## **2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 406/407)**

51. O fiscal assevera que: "Nesta OS, a equipe desconsiderou totalmente os serviços. Pois bem, na OS 022.9, no item 10.22 – Pacote (remanejamento/recuperação), foi executado 48,00, e não 429 m<sup>2</sup> como consta na OS 024.19, cujos serviços foram executados para a pintura do forro, o que a equipe da Corregedoria não constatou. Nesta OS 024.19 consta o item 10.23 – Perfil metálico p/ sustentação de forro 484 m que não foi relacionado na OS 022.90. Para a execução de serviços de pintura em forro tipo pacote e pintura nos perfis metálicos, há necessidade de remover o forro do local para a efetivação dos serviços. Portanto não houve a cobrança em duplicidade conforme alega a equipe."

## **3. Manifestação da AJL**

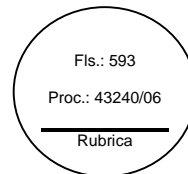
52. Não apresentou considerações.

## **4. Análise TCDF**

53. Antes de adentrar à análise da justificativa, cabe detalhar sucintamente o procedimento adotado pela Comissão de TCE para apuração das irregularidades. Num primeiro momento, os assessores técnicos dirigiam-se às unidades escolares onde procediam as averiguações. Constatando alguma incongruência, geravam um termo de achado. Em seguida, com a participação das partes envolvidas (fiscal e empresa executora), eram realizadas novas vistorias com a finalidade de elucidar os



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



levantamentos iniciais, sendo elaborado, nesta etapa, a partir das informações prestadas, uma declaração de vistoria e um novo termo de achado.

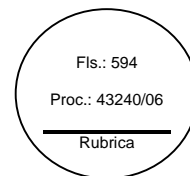
54. Seguindo para análise da defesa, as alegações da fiscalização não estão diretamente relacionadas às irregularidades apuradas pela CTCE, uma vez que citam os itens 10.22 e 10.23, cujos serviços não estão elencados no termo de vistoria "final", fls. 2988 do Processo nº 082.000.691/98. Além disso, quando discorre sobre os serviços de pintura do forro (item 16.11), único item relacionado com o achado, argumenta apenas que é necessário remover o forro do local para executar a pintura. Isso em nada suprime a impropriedade, já que o ponto questionado é a duplicidade do serviço de pintura do forro.

55. Ademais, no termo da OS 22.90, fls. 1722 do Processo nº 082.000.691/98, consta o item 16.11 com uma quantidade de 491 m². Já a OS 24.19, fls. 2355 do Processo nº 082.000.691/98, contém o mesmo item com uma quantidade de 429 m². Ambas as ordens de serviços têm como local de execução dos serviços a biblioteca setorial de Brazlândia, fls. 1720/1724 e 2354/2355 do Processo nº 082.000.691/98. Infere-se, então, que se trata dos mesmos serviços.

56. Corroborando com o registro do parágrafo anterior, após a vistoria que contou com a participação do fiscal e de representante da empresa, fls. 2985 do Processo nº 082.000.691/98, persistiram as diferenças de quantidades para o item 16.11 (pintura do forro).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



57. Assim, a alegação da fiscalização não procede, cabendo o prejuízo identificado pela comissão de R\$ 2.059,20.

**vi. OS 24.39 (fls. 2994 do Processo nº 082.000.691/98)**

**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.39	2490/2495	5.4.13	REMANEJAMENTO DE LUMINÁRIA	184,68
		258	REMANEJAMENTO DE PONTO SANITÁRIO	1800,44
		TOTAL		1985,12
		BDI(20%)		397,02
		TOTAL GERAL		2382,14

**2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 413/414)**

58. O fiscal alega que a OS 24.39 não tem no seu escopo a execução dos serviços de remanejamento de luminária e ponto sanitário, por isso o valor registrado no termo de achado como prejuízo é nulo.

**3. Manifestação da AJL (fls. 249)**

59. Juntou declaração de execução de serviços, a título de reparação dos prejuízos identificados.

**4. Análise TCDF**

60. Compulsando os autos, verifica-se que se trata de um equívoco na descrição dos itens da tabela de composição do achado, fls. 2994 do Processo nº



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Fls.: 595  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

082.000.691/98. Isso não afeta a defesa dos responsáveis devido ao detalhamento das inconsistências detectadas serem apresentadas em tópico que precede a tabela. Por isso, julga-se improcedente a manifestação do Sr. Ademar.

61. Quanto aos serviços executados, esses foram objeto de análise no tópico "II.c. Serviços Executados a título de reparação".

**vii. OS 24.27 (fls. 3005 do Processo nº 082.000.691/98)**

**1. Irregularidade**

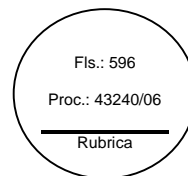
O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
24.27	3005	18.10	BANCADA	409,5
		418	TANQUE	201,24
		TOTAL		610,74
		BDI(20%)		122,15
		TOTAL GERAL		732,89

**2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 426/430)**

62. Alega que a diferença encontrada para a área da bancada (item 18.10) encontra-se em outra sala onde os servidores usam como uma pequena cozinha. Quanto ao item 418, afirma que este foi glosado no valor completo, embora o serviço tenha sido executado em quase a sua totalidade.

**3. Manifestação da AJL (fls. 252)**

63. Juntou declaração que faz menção ao item 18.10, relacionado à



bancada de granito, cuja execução, segundo o declarante, contemplou serviços tanto na cozinha como na copa.

#### **4. Análise TCDF**

64. O Sr. Ademar e Empresa AJL não apresentam provas que ocorreu a execução da diferença do item 18.10 em outro local, como por exemplo uma nota fiscal da compra do material.

65. Ademais, nas fls. 3003 do Processo nº 082.000.691/98 está registrado na declaração de vistoria que, mesmo após novas medidas, a partir dos esclarecimentos dos responsáveis, ainda persistiram as diferenças detectadas inicialmente pela comissão de TCE.

66. Já quanto ao item 418, procedem em parte os argumentos trazidos pelo fiscal. A comissão de TCE realmente desconsidera em sua totalidade o item por não coincidir o executado com o especificado. Para apurar os custos incorridos, será feita a transformação do custo unitário do tanque por unidade (R\$/unidade) para custo unitário por unidade de área (R\$/m²).

67. O custo unitário do tanque por unidade de área, considerando as dimensões especificadas (1,2 X 0,6 m), é R\$ 279,50/m². Assim, o prejuízo identificado a partir da diferença entre as áreas, para o item, é de R\$ 75,47.

68. Com base no exposto, o prejuízo passou para R\$ 581,96, conforme



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Fls.: 597  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

tabela a seguir:

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
24.27	3005	18.10	BANCADA	409,5
		418	TANQUE	75,47
		TOTAL		484,97
		BDI(20%)		96,99
		TOTAL GERAL		581,96

**viii. OS 24.23 (fls. 3017 do Processo nº 082.000.691/98)**

**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.23	3017	7.1	ALVENARIA	2906,3
		16.22 E 18.14	PINTURA SOBRE ALAMBRADO	101,74
		18.10	ALAMBRADO	587,83
		TOTAL		3595,87
		BDI(20%)		719,17
		TOTAL GERAL		4315,04

**2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 444/446)**

69. Para o item 7.10, o fiscal apresenta memória de cálculo, que, segundo ele, totaliza uma quantidade de 1.111,44 m². Acrescenta que os itens 16.22 e 18.14 não puderam ser reavaliados, uma vez que as estruturas foram retiradas do local.

**3. Manifestação da AJL (fls. 258)**

70. Juntou declaração de execução de serviços, a título de reparação dos prejuízos identificados.



#### 4. Análise TCDF

71. Estranha-se essas novas quantidades apontadas pela fiscalização para o item 7.10, já que na declaração de vistoria, fls. 3015 do Processo nº 082.000.691/98, consta a concordância tanto do Sr. Ademar (fiscal do contrato) como do Sr. João Batista (representante da firma executora) quanto às divergências identificadas pela comissão de TCE.

72. Em relação aos itens 16.22, 18.14 e 18.10, verifica-se na mesma declaração de vistoria, fls. 3015 do Processo nº 082.000.691/98, que as estruturas já haviam sido retiradas naquele momento. Assim, para não prejudicar o contraditório e a ampla defesa dos responsáveis, opta-se por retirar os valores apontados para esses dois itens.

73. Assim, o prejuízo apurado para a OS 24.23 é de R\$ 3.487,56, 78.14conforme tabela a seguir:

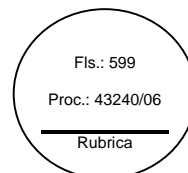
O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.23	3017	7.1	ALVENARIA	2906,3
		16.22 E 18.14	PINTURA SOBRE ALAMBRADO	0
		18.10	ALAMBRADO	0
		TOTAL		2906,3
		BDI(20%)		581,26
		TOTAL GERAL		3487,56

#### ix. OS 24.11 (fls. 3026 do Processo nº 082.000.691/98)

##### 1. Irregularidade



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.11	2294/2302	204	LÂMPADAS	1067,6
		TOTAL		1067,6
		BDI(20%)		213,52
		TOTAL GERAL		1281,12

## **2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 459/464)**

74. O fiscal junta aos autos uma planilha de compensação produzida durante o processo de recebimento definitivo das obras da escola, fls. 460, que resultou em um valor de R\$ 19,14 a favor da Secretaria de Educação.

75. Além disso, juntou uma declaração e uma planilha que detalha serviços executados pela firma AJL, em 2011, os quais reparam os prejuízos detectados pela comissão de tomada de contas.

## **3. Manifestação da AJL**

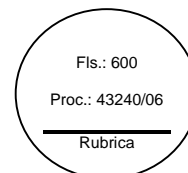
76. Não apresentou considerações.

## **4. Análise TCDF**

77. A consideração apresentada pela fiscalização apenas confirma o achado. Quanto aos serviços executados a título de reparação dos prejuízos detectados, esse ponto será detalhado no tópico seguinte.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



**x. OS 78.14 (fls. 3032 do Processo nº 082.000.691/98)**

**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
078.14	3032	15.3	DEMOLIÇÃO PISO	20,08
		15.16	CAMADA DE REGULARIZAÇÃO	8,14
		15.27	POSIO CERÂMICO	328,75
		TOTAL		356,97
		BDI(20%)		71,39
		TOTAL GERAL		428,36

**2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 474/479)**

78. O Sr. Ademar apresenta planilha de compensação elaborada pela comissão de recebimento definitivo, fls. 475. Por meio dessa planilha, é possível verificar que os itens 15.3, 15.16 e 15.27 não foram executados completamente pela firma, sendo substituídos por outros serviços, fls. 478.

**3. Manifestação da AJL**

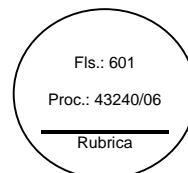
79. Não apresentou considerações.

**4. Análise TCDF**

80. As alegações apresentadas pela fiscalização não procedem, já que as quantidades não executadas, para os serviços ora questionados, foram consideradas pela comissão de TCE, conforme depreende-se do termo de achado às fls. 3032 do Processo 082.000.691/98. Dessa forma, o prejuízo referente a este OS permanece o mesmo,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



de R\$ 428,36.

**xi. OS 169.02 (fls. 3055 do Processo nº 082.000.691/98)**

**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.02	3055	5.1.1	REVESTIMENTOS	1.725,83
		TOTAL		1725,83
		BDI(20%)		345,17
		TOTAL GERAL		2071,00

**2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 488/489)**

81. O Sr. Ademar afirma que, em levantamento realizado por ele, o total de forro executado foi 905,39 m<sup>2</sup>, sem apresentar maiores detalhes.

**3. Manifestação da AJL**

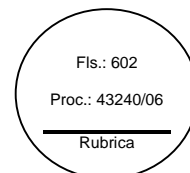
82. Confirmou o achado, declarando, fls. 336, que "procedemos com levantamento do forro colocado na escola e constatamos a diferença constante da vistoria no total de R\$ 2071,00".

**4. Análise TCDF**

83. Como não foram apresentados elementos avaliativos e um dos acusados confirma o prejuízo (empresa AJL), cabe manter inalterado o achado, representando um prejuízo de R\$ 2.071,00.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



**xii. OS 24.06 (fls. 3065/3066 do Processo nº 082.000.691/98)**

**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.06	3066	15	PAVIMENTAÇÃO	733,62
		TOTAL		733,62
		BDI(20%)		146,724
		TOTAL GERAL		880,344

**2. Manifestação do Sr. Ademar (fls. 526-verso/529)**

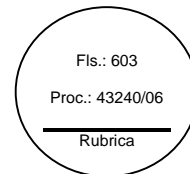
84. O Sr. Ademar afirma que as diferenças observadas foram executadas por meio de compensação de serviços cuja planilha às fls. 529 demonstra as quantidades não executadas por serviço e quais serviços foram acrescidos no seu lugar.

**3. Manifestação da AJL (fls. 345/348)**

85. A empresa assevera que a planilha de compensação, produzida durante o processo de recebimento definitivo, corresponde o acréscimo de serviços em valores aos não executados desta OS. Além disso, questiona quem executou, em 2003, parte dos serviços questionados pela comissão de TCE. Por fim, junta planilha de compensação de serviços executados.

**4. Análise TCDF**

86. Tanto a declaração de vistoria, fls. 3065 do Processo nº



082.000.691/98, como o termo de achado, fls. 3066 do Processo nº 082.000.691/98, registram que os dados da planilha de compensação foram levados em consideração na apuração das irregularidades. Entretanto, ainda permaneceram algumas discrepâncias quantos aos quantitativos inicialmente levantados, conforme fls. 2262 do Processo nº 082.000.691/98.

87. Quanto ao questionamento apresentado pela empresa AJL sobre quem executou os serviços em 2003, como os itens que estão relacionados a essa declaração não passaram no crivo inicial, essa argumentação perdeu objeto.

88. Assim, na ausência de elementos de prova mais contundentes, julgam-se improcedentes os argumentos postos pelas partes, mantendo-se o prejuízo apontado pela comissão de R\$ 880,34.

**xiii. OS 22.18 (fls. 3034 do Processo nº 082.000.691/98), OS 169.2 (fls. 3043 do Processo nº 082.000.691/98), OS. 24.40 (fls. 3050 do Processo nº 082.000.691/98), OS. 169.01 (fls. 3053 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.04 (fls. 3061 do Processo nº 082.000.691/98), OS 169.17 (fls. 3070 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.16 (fls. 3073 do Processo nº 082.000.691/98), OS 24.43 (fls. 3075 do Processo nº 082.000.691/98) e 24.37 (fls. 3079 do Processo nº 082.000.691/98).**

### **1. Irregularidade**

89. A irregularidade referente a essas OS's está resumida nas tabelas a



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Fls.: 604  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

seguir:

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
022.18	1788/1795	2.5.1	ANDAIMES	0
		5.3.1	CANALETAS DE CONCRETO SEM	0
		5.3.9	GRELHAS DE CONCRETO	5680
		TOTAL		5680
		BDI(20%)		1136,00
		TOTAL GERAL		6816,00

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.2	1579/1586	17.3	MANTA ASFÁLTICA	469,56
		17.17	PINTURA DE LIGAÇÃO	63,15
		17.19	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE	84,6
		TOTAL		617,31
		BDI(20%)		123,46
		TOTAL GERAL		740,77

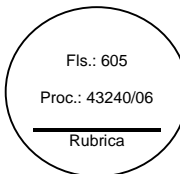
O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.40	2496/2502	10.5 E 10.18	REMOÇÃO DE FORRO ANTIGO + FORRO PVC	6.750,23
		TOTAL		6750,23
		BDI(20%)		1350,05
		TOTAL GERAL		8100,28

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.01	1449/1456	5.1.1	REMANEJAMENTO DE LUMINÁRIA	696,54
		11.17	RODATETO	418,82
		TOTAL		1115,36
		BDI(20%)		223,07
		TOTAL GERAL		1338,43

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.04	2249/2253	17	IMPERMEABILIZAÇÃO	2.141,94
		TOTAL		2141,94
		BDI(20%)		428,39
		TOTAL GERAL		2570,33



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.17	1560/1565	17.1	IMPERMEABILIZAÇÃO POR CRISTALIZAÇÃO	2.015,93
		17.17	PINTURA DE LIGAÇÃO	1.124,07
		17.19	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE	235,00
		TOTAL		3375,00
		BDI(20%)		675,00
		TOTAL GERAL		4050,00

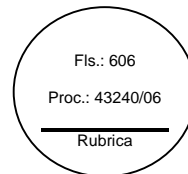
O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.16	2334/2340	4.1.6	CONCRETO	975,29
		7.7	ALVENARIA DE TIJOLO	1.527,66
		TOTAL		2502,95
		BDI(20%)		500,59
		TOTAL GERAL		3003,54

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.43	2527/2537	5.2.1	REMANEJAMENTO DE PONTO HIDRÁULICO	0
		7	PAREDES	0
		9.5.5	RECUPERAÇÃO DE ESQUADRIA	0,00
		16.6 e 16.13	MASSA CORRIDA E PINTURA ACRÍLICA	75,26
		423	CHUVEIRO DUCHA CROMADO	0
		TOTAL		75,26
		BDI(20%)		15,05
		TOTAL GERAL		90,31

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.37		2.2	ALVENARIA	971,55
		7.7	AZULEJO	821,87
		10.10	CONTRAPISO	443,85
		15.15	PISO RÚSTICO	512,78
		TOTAL		2750,05
		BDI(20%)		550,01
		TOTAL GERAL		3300,06

## 2. Manifestação do Sr. Ademar e da AJL (fls. Xx/xx)

90. Basicamente, os responsáveis alegam que não foram considerados determinados elementos durante os levantamentos executados pela comissão de tomada de contas ou juntam aos autos planilha/declaração com o detalhamento de serviços



executados pela empresa AJL a título de reparação dos prejuízos detectados.

### **3. Análise TCDF**

91. Estranha-se o registro de diversas omissões nesta fase processual, já que foi oportunizado a ambos os responsáveis, após as constatações verificadas pela comissão de TCE, a realização, juntamente com essa comissão, de uma nova vistoria nos locais em que foram identificadas irregularidades. Essa nova vistoria não foi realizada, portanto, esses pontos não foram elididos.

92. Cabe destacar que muitas das justificativas apresentadas pelos responsáveis foram acatadas pela comissão de TCE, inclusive com a exclusão de irregularidades detectadas.

93. Assim, considerando que, neste momento, proceder novos levantamentos seria infrutífero, tendo em vista o lapso temporal de mais 16 anos, opta-se por considerar válidas as constatações registradas pela comissão de TCE para os serviços desse tópico, já que foi concedido a ambas as partes a oportunidade de questioná-las.

94. Com relação aos serviços executados pela empresa AJL com a finalidade de reparar os prejuízos, esses foram objeto de análise no tópico "II.c. Serviços Executados a título de reparação".

**xiv. OS 169.14 (fls. 3028 do Processo nº 082.000.691/98), OS 78.10 (fls. 3045 do Processo nº 082.000.691/98), OS. 24.03 (fls. 3060 do Processo nº 082.000.691/98), OS**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Fls.: 607  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

**24.08 (fls. 3031 do Processo nº 082.000.691/98)**

**1. Irregularidade**

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
169.14	1540/1546	19.7	LIMPEZA DE COBERTURA E CALHAS	305,9
		TOTAL		305,9
		BDI(20%)		61,18
		TOTAL GERAL		367,08

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
078.1	2103/2107	17	IMPERMEABILIZAÇÃO	1368,75
		TOTAL		1368,75
		BDI(20%)		273,75
		TOTAL GERAL		1642,5

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.03	2242/2247	8.21	CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO	2.210
		13.1, 13.3 e 13.5	RETIRADA/ REPOSIÇÃO DE VIDROS	1.053,77
		9.5.5	ESQUADRIAS	3.030,72
		TOTAL		6.294,49
		BDI(20%)		1258,90
		TOTAL GERAL		7553,39

O.S	FOLHAS	ITEM	COMPOSIÇÃO DO ACHADO	VALOR (R\$)
024.08	2279/2286	10.18	FORRO DE PVC	576,45
		TOTAL		576,45
		BDI(20%)		115,29
		TOTAL GERAL		691,74

**2. Manifestação do Sr. Ademar e da AJL (fls. Indicadas na tabela à fl. 576)**

95. Para essas ordens de serviços, a empresa AJL ora apresentou declarações de servidores que afirmam a execução dos serviços, ora juntou planilha de compensação pretérita ao recebimento definitivo, ambos relativos aos serviços questionados.



96. Já o Sr. Ademar, nas suas considerações, partiu para a indicação dos pontos que foram omitidos pela comissão de TCE, juntando também aos autos planilha de compensação de serviços realizados antes do recebimento definitivo.

### **3. Análise TCDF**

97. Diferentemente do ocorrido no tópico anterior, as omissões apontadas pela fiscalização foram levantadas pela comissão de TCE e registradas na declaração de vistoria como dúvidas quanto ao seu escopo estar ou não contemplado na ordem de serviço.

98. Além disso, a planilha juntada aos autos pela fiscalização e pela empresa AJL indicou quantidades não executadas compatíveis com as diferenças levantadas pela comissão de TCE.

99. Assim, considerando que essa fase processual busca apurar os valores de forma inequívoca imputados aos responsáveis, julgam-se superados os achados levantados nessas ordens de serviço.

100. O resumo do prejuízo, incluído BDI, para os itens desse tópico é detalhado na tabela a seguir:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Fls.: 609  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

NÚMº da OS	Valor
169.21	2418,73
169.02	2071
169.09	6303,6
24.37	3300,06
022.9	552,4
022.2	1593,38
24.19	2059,2
24.39	2382,14
24.27	581,96
24.23	3487,56
24.11	1281,12
78.14	428,36
22.18	6816,00
169.2	740,77
24.4	8100,27
169.01	1338,43
24.04	2570,33
169.17	4050
24.16	3003,54
24.43	90,31
24.06	880,344
<b>Total</b>	<b>54.049,50</b>

101. Já considerando a análise da primeira e da segunda parte desta nota técnica, o resumo do prejuízo, incluído BDI, é o que segue:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Fls.: 610  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

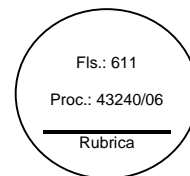
NÚMº da OS	Valor
169.21	2.418,73
169.19	4.314,95
78.05	452,4
022.21	2.536,92
022.16	344,80
169.02	2.071,00
024.05	2.615,49
022.33	345,60
22.1	9.029,10
078.20	6.864,80
078.13	753,60
169.09	6.303,60
24.37	3.300,06
022.9	552,40
022.2	1.593,38
24.19	2.059,20
24.39	2.382,14
24.27	581,96
24.23	3.487,56
24.11	1.281,12
78.14	428,36
22.18	6.816,00
169.2	740,77
24.4	8.100,27
169.01	1.338,43
24.04	2.570,33
169.17	4.050,00
24.16	3.003,54
24.43	90,31
24.06	880,34
<b>Total</b>	<b>81.307,16</b>

**c. Serviços Executados a título de reparação**

102. Os responsáveis apresentam em diversos pontos das suas justificativas planilhas com discriminação de serviços executados pela empresa executora do contrato (AJL), a título de reparação dos prejuízos apurados pela comissão de TCE.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



103. A execução de obras complementares com o intuito de recompor os prejuízos detectados, embora a princípio transpareça uma forma de ressarcimento, na verdade, representa uma prática que pode lesar o erário.

104. Isso porque tanto as obras como os serviços são auditados a partir de uma amostra, o que já reduz a identificação de ilegalidades que, mesmo constatadas, poderiam ser compensadas. Acrescenta-se também que isso se assemelha à fuga do processo licitatório, já que os serviços "compensados" poderiam ser executados em condições mais vantajosas para Administração, o que afronta o art. 2 da Lei nº 8.666/93<sup>5</sup>.

105. Todavia, considerando o valor do prejuízo apurado, o lapso temporal já decorrido, as possíveis discussões sobre o tema (compensação) que certamente acarretariam o alongamento do presente feito e, conseqüentemente, aumento dos custos processuais, entende-se, exclusivamente, para o caso ora analisado, a viabilidade de levar em conta os serviços compensados.

106. Para tanto, foram adotados os seguintes critérios para sua validação: o serviço deve apresentar descrição razoável; conter ateste de suas quantidades; ter correspondente na planilha contratual. As ordens de serviços, que foram objeto de análise quanto à compensação, são as apresentadas a seguir:

---

<sup>5</sup> Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIAFls.: 612  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

OS Avaliadas				
NÚMº da OS	Planilha de compensação	Ateste	Reparação de Prejuízo- AJL - sem BDI	Reparação de Prejuízo- AJL - com BDI
169.21	fls 449/450	fls 451	2.677,90	3.213,48
169.19	fls 455	fls. 456 e 261	8.820,00	10.584,00
78.05	fls. 468	fls 265 e 469	1.305,00	1.566,00
169.02	não	fls 337	1.725,83	2.071,00
24.11	fls 462	fls 463	1.342,33	1.610,80
169.09	fls. 410	fls 411 e 248	2.946,80	3.536,16
22.9	fls 404	fls 246	453,80	544,56
24.39	fls 414	fls 414 V e 249	718,47	862,16
24.23	fls 445	fls 446 e 259	3.588,26	4.305,91
169.01	fls 498	fls 334 e 449	1.044,77	1.253,72
24.04	fls 515	fls 516	2.656,40	3.187,68
169.17	fls 525	fls 524 e 351	3.231,78	3.878,14
24.16	fls 534	fls 535 e 354	4.571,88	5.486,26

107. Destaca-se que outras ordens de serviço também foram objeto de compensação. No entanto, como estavam relacionadas às ordens de serviço que não passaram pelo crivo inicial, elas não foram incluídas na análise deste Corpo Técnico.

108. Então, com base nos critérios já citados, verificou-se que as ordens de serviços 78.05 e 22.9 não apresentam o ateste das quantidades executadas, sendo, portanto, considerados nulos os valores de reparação. Para as ordens de serviços 24.23, 24.16, 24.39 e 169.17, embora não tenha culminado na anulação dos valores, detectou-se a necessidade de ajustes cujo detalhamento consta no Papel de Trabalho I.

109. Com isso, constatou-se que o valor total de reparação, considerando o BDI, apurado pelo NFO, a partir da metodologia já explicada, é inferior ao apresentado pelas partes, conforme tabela resumo a seguir:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Fls.: 613  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

OS Compensadas						
NÚMº da OS	Prejuízo - com BDI	Prejuízo - sem BDI	Reparação de Prejuízo- AJL - sem BDI	Reparação de Prejuízo- NFO - sem BDI	Reparação de Prejuízo- AJL - com BDI	Reparação de Prejuízo- NFO - com BDI
169.21	2.418,73	2.015,61	2.677,90	5.119,90	3.213,48	6.143,88
169.19	4.314,95	3.595,79	8.820,00	8.820,00	10.584,00	10.584,00
78.05	452,40	377,00	1.305,00	-	1.566,00	-
169.02	2.071,00	1.725,83	1.725,83	420,72	2.071,00	504,86
24.11	1.281,12	1.067,60	1.342,33	1.123,19	1.610,80	1.347,83
169.09	6.303,60	5.253,00	2.946,80	2.946,80	3.536,16	3.536,16
22.9	552,40	460,33	453,80	-	544,56	-
24.39	2.382,14	1.985,12	718,47	613,11	862,16	735,73
24.23	4.315,04	3.595,87	3.588,26	3.609,61	4.305,91	4.331,53
169.01	1.338,43	1.115,36	1.044,77	1.044,77	1.253,72	1.253,72
24.04	2.570,33	2.141,94	2.656,40	2.656,40	3.187,68	3.187,68
169.17	4.050,00	3.375,00	3.231,78	2.804,15	3.878,14	3.364,98
24.16	3.003,54	2.502,95	4.571,88	121,13	5.486,26	145,35
<b>TOTAL</b>	<b>35.053,68</b>	<b>29.211,40</b>	<b>35.083,22</b>	<b>29.279,77</b>	<b>42.099,86</b>	<b>35.135,72</b>

110. Ressalta-se que a análise de cada ordem de serviço, pormenorizada, consta no Papel de Trabalho I.

### III. Conclusão

110. Com base na análise empreendida e na sistemática de custos do NFO adotada para o cálculo do valor de reparação, o prejuízo imputado a empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. e ao fiscal do contrato o Sr. Ademar totalizam R\$ 46.171,44 (quarenta e seis mil, cento e setenta e um e quarenta e quatro centavos), a preços originais. A tabela a seguir apresenta o resumo dos valores imputados às partes, detalhados por ordem de serviço:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIAFls.: 614  
Proc.: 43240/06  
Rubrica

NÚMº da OS	Valor
169.21	2.418,73
169.19	4.314,95
78.05	452,4
022.21	2.536,92
022.16	344,80
169.02	2.071,00
024.05	2.615,49
022.33	345,60
22.1	9.029,10
078.20	6.864,80
078.13	753,60
169.09	6.303,60
24.37	3.300,06
022.9	552,40
022.2	1.593,38
24.19	2.059,20
24.39	2.382,14
24.27	581,96
24.23	3.487,56
24.11	1.281,12
78.14	428,36
22.18	6.816,00
169.2	740,77
24.4	8.100,27
169.01	1.338,43
24.04	2.570,33
169.17	4.050,00
24.16	3.003,54
24.43	90,31
24.06	880,34
Compensação	35.135,72
<b>TOTAL</b>	<b>46.171,44</b>

111. Frisa-se que, conforme já registrado no tópico de análise preliminar, as defesas das partes Tania Maria Guirelli da Costa e Adalúcia Tiburtino de Oliveira de Sena não foram apreciadas por inexistir elementos de engenharia nas alegações apresentadas. Assim, a princípio, a análise dessas considerações não afetará o valor total do prejuízo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA



imputado às partes, cujo valor consta no parágrafo anterior.

À superior consideração.